

Expropriação do campesinato e resistência no Médio São Francisco Baiano (1970-2000)

Ely Souza Estrela *

Abstract

Due to policies development implemented by the federal government, from 1940, the Valley of San Francisco, was seen as an important agricultural frontier and their land have become coveted, resulting in the expropriation of the peasantry. The peasant resistance led to creation, at the end of 1970, of Landless Workers Movement, the indigenous emergency, and the rural black Quilombola communities and the Federations of Pasto Fund, topics discussed in this work.

Keywords: Submidlle São Francisco, conflit, peaseant resistance.

Palavras-chave: Médio São Francisco, conflitualidade, resistência camponesa

Entre os anos de 1950 a 1990, o Vale do Rio São Francisco, tradicionalmente marcado pela concentração fundiária¹ e pelas relações de posse e de agregacia, presenciou um intenso processo de “fome de terra”, resultando na expropriação do campesinato que ali vivia secularmente. Convém chamar atenção, entretanto, que não pretendo, aqui, analisar o processo de expropriação e da resistência camponesa em todo o Vale. A pesquisa em curso alcança apenas algumas localidades do Médio São Francisco baiano, área compreendida entre os municípios de Carinhonha/Malhada a Juazeiro/Casa Nova.

De modo geral, no Vale salientam-se três domínios: a *catinga*, os *brejos* e a *berada*. Neste último, encontravam-se (encontram?) os lameiros - áreas inundáveis e férteis -, compostos também pelas ilhas e *crôas* que se destacam do espelho d’água do Velho Chico. De modo geral, *catingueiros*, *brejeiros* e *beraderos* tinham acesso a terra através de formas seculares – a posse, a agregacia, o foro e a moradia sob condição -, em estreita relações com fazendeiros, em geral, absenteístas que açambarcaram as terras devolutas, arvorando-se em proprietários. Para garantir a sobrevivência, praticamente todos recorriam a pluriatividade.

A chamada modernização conservadora do campo, no que toca ao Vale do Rio São Francisco, consubstanciou-se através de política públicas, que se não significaram ponto de inflexão no sentido de atender amplas demandas dos moradores da região, rompendo com seu

* (Doutora em História Social – PUC/SP). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas – Campus V. elyestrela@hotmail.com

¹ O índice de Gini da região registra alta concentração. Tomando por base a classificação de Lourival Câmara, doze dos dezoito municípios do Médio São Francisco (66,67%) apresentam um grau de concentração “forte a muito forte”. Destes destacam-se os municípios de Barra, Sítio do Mato e Malhada com 0,959; 0,928 e 0,910, respectivamente. Estes três municípios situam-se à margem do rio São Francisco, localização historicamente disputada pelos grandes proprietários de terra. Germani, Guiomar Inez et al. Acesso à terra e desenvolvimento territorial no semi-árido nordestino. CD, Salvador: NRI, UFBA, UFRB, UFC.

isolamento e com a enorme pobreza, possibilitaram a criação de uma série de medidas que culminaram com a inserção da região no circuito nacional de produção, abrindo-a, inclusive, ao capital monopolista, representado, sobretudo, pelo agronegócio.

Pode-se afirmar que foi em fins dos anos 40 do século passado, que as políticas voltadas para o desenvolvimento do Vale passaram a ser implementadas. Exatamente, em 1948, para cumprir preceito constitucional, criou-se a Companhia do Vale do São Francisco (CVSF). Recebendo o organismo dotação orçamentária de 1% da renda nacional, voltada às áreas de saúde, educação, transporte, energia, controle da utilização das águas, desenvolvimento da irrigação, reflorestamento e defesa dos interesses coletivos, inclusive pela desapropriação das áreas necessárias. Articulada à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, criada uma década depois, a CVSF, que seria mais tarde substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE –, criada em 1967, e tempos depois pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF (criada em 1974), implementou vários projetos que, sem dúvida, resultaram na criação de obras de infra-estrutura e de pólos de desenvolvimento como, por exemplo, o de Juazeiro/Petrolina, Pirapora/Jaíba.

Alem dessas medidas, a criação da Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco, em 1945, ensejou a construção das Hidrelétricas de Três Marias (Minas Gerais), Paulo Afonso (Bahia), Sobradinho (Bahia), Itaparica (Bahia/Pernambuco) e Xingo (Bahia/Pernambuco/Sergipe). A atuação da Chesf na região representou traço marcante de desenvolvimento, resultando na intensificação da expropriação dos atingidos pelas barragens. Localizada na área em estudo, a Represa de Sobradinho provocou o deslocamento de aproximadamente 72 mil pessoas e, além da construção das sedes municipais das cidades submersas (Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso), ensejou a criação de vários núcleos de povoamento localizados próximos à borda do lago recém formado. Voltado para atender também os atingidos, o Incra em convênio com a Chesf criou o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PEC-Serra do Ramalho), um dos últimos projetos de colonização implantando durante o regime militar e que têm recebido inúmeras críticas, tanto de moradores, quanto de técnicos. Próximo ao município de Serra do Ramalho (exatamente às margens do Rio Corrente), criou-se também o Perímetro Irrigado Formoso. Separado do Projeto de Serra do Ramalho, apenas pela BR Brasília - Ilhéus, o Projeto Formoso evidencia a seletividade do espaço, bem como os equívocos da política de irrigação no Vale do São Francisco.

Convém salientar também que a construção de Brasília (em meados de 1950) teve importância fundamental para a integração das regiões sanfranciscanas aos centros mais

dinâmicos do estado da Bahia, bem como de outros pontos do país, pois exigia mão-obra e matéria-prima, provocando a necessidade de meios de comunicação entre os estados do Nordeste e o centro Oeste.

Esse conjunto de mudanças rompeu o secular isolamento da região, mas se mostrou ineficiente no combate à pobreza e ao “atraso” de amplos setores da população ribeirinha, merecendo, portanto, críticas de estudiosos da região. Na verdade, conforme salienta Luciene Rodrigues, persistem a hierarquização social e a desigualdade de condição de vida entre segmentos da população, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Para a autora, ao contrário de diminuir as desigualdades sociais na região, a ação do Estado “contribuiu para o fortalecimento da burguesia e a criação de uma classe média no setor de serviços” (Rodrigues, 1998, p. 23). Além do mais, esses projetos foram incapazes de gerar número significativos de empregos, retendo a mão-de-obra antes dedicada à agricultura de subsistência. Pelo contrário, gerou expropriação, obrigando os camponeses à experiência da migração. Os campos “limpos” do trabalho camponês dariam lugar à soja, ao cultivo irrigado, à produção algodoeira, a pastagem e a área de reserva de valor de latifundiários e do agronegócio.

No entanto, é a partir da década de 70 do século passado que se destaca uma maior intervenção governamental no MSF por meio da construção de rodovias e da implantação de projetos de irrigação. Neste diapasão, em princípios de 1970, foi criado o PROVALE (Decreto Lei nº 1.207, de 07. 02.1972) com o objetivo de modernizar e dinamizar a região. Dentre outros aspectos, o projeto priorizava a proteção das margens e melhoria da navegabilidade do rio São Francisco; obras de urbanização, infra-estrutura social e de saneamento; implantação de projetos de reflorestamentos e de irrigação; criação de parques nacionais; e construção de rodovias. Destacando-se a BR-242 que liga Barreiras a Ibotirama. A construção da ponte sobre o rio São Francisco, em fins de 1980, foi outra importante medida que resultou em desenvolvimento para o Médio São Francisco baiano, uma vez que permitiu a interligação entre Salvador (bem como as demais capitais de Nordeste) e Brasília. A construção da rodovia Brasília-Ilhéus, passando pela cidade santuário de Bom Jesus da Lapa, propiciou também desenvolvimento à região, pois é por esta rodovia que grande parte dos grãos produzidos em Barreiras e adjacência é exportado.

Convém salientar que a instalação do agronegócio, no Médio São Francisco, em muitos casos, era fictícia. A criação das empresas agropastoris ou agroindustrias funcionava mais como forma de transferência de renda, via empréstimo das agências de fomento, para setores empresariais ou fazendeiros ligados aos grupos de poder do Nordeste ou do centro-sul,

quando não tinham a clara pretensão da especulação com a terra pura e simplesmente. Algumas empresas sequer chegaram a funcionar² e outras faliram logo após sua implantação³.

Contudo, a partir de meados da década de 70 do século passado, quando o regime militar dava sinais de exaustão, posseiros, agregados, foreiros, rendeiros e moradores de favor e as comunidades de fundo de pasto⁴, apoiados por entidades ligadas ao clero progressistas (no caso do São Francisco destacam-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (Fundifran), passaram a resistir à tomada de suas terras. Então, a região foi marcada pelas tensões e conflitos envolvendo fazendeiros, grileiros, posseiros, antigos agregados e, em alguns casos, estes e as agências do Estado, como, por exemplo, a Codevasf e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

Conflitos Fundiários –Área de atuação da Fundifran (Diocese de Barra/Médio São Francisco) – 1971/2000

Município	Área de Conflito	Assessoria/Apoio
Barra	Barro Vermelho/Mangal (PA)	Fundifran
Barra	Porto de Palha	Fundifran
Barra	Itacutiara (PA)	Fundifran
Bara	Boa Vista do Procópio	CPT
Barra/Ibotirama (Muquém)	Pixaim	Fundifran/CPT
Bom Jesus da Lapa	Comunidade Q Rio das Rãs	Fundifran/CPT
Bom Jesus da Lapa	Araçá-Cariacá (PA-CQ)	CPT
Malhada	Parateca e Pau D'Arco	CPT
Morpará	Retiro da Picada	Fundifran
Morpará/Ibotirama	Fazenda Santa Clara	Fundifran
Morpará	Fazenda Almas	Fundifran
Oliveira dos Brejinhos	Comunidade Fundo de Pasto	Fundifran
Paratinga	Riacho dos Porcos (PA)	Fundifran
Xique-Xique	Ilha de Miradouro	Fundifran/CPT

Fonte: Arquivo da Fundifran e da CPT (Regional Bahia/Sergipe)

Elaboração: Ely Estrela

As disputas entre grileiros e pequenos posseiros provocaram, em 1977, o assassinato do advogado Eugênio Alberto Lira da Silva. Tal qual na obra ficcional de Gabriel Garcia

² Caso da Empresa Camaragibe instalada em Juazeiro-Bahia.

³ Caso da Empresa Roriz instalada no município de Bom Jesus da Lapa.

⁴ O Fundo de Pasto se caracteriza pela prática da criação extensiva de caprinos e ovinos em áreas compartilhadas ou de uso comunitário. Além de praticar a agricultura de subsistência no período chuvoso, a unidade familiar mantém a produção, o manejo e a comercialização do rebanho. Para Angelina Garcez (1997, 148), o sistema tinha grande incidência no Nordeste do estado (municípios de Juazeiro, Monte Santo, Euclides da Cunha, Geremoabo e Senhor do Bonfim). Atualmente, o sistema está confinado em pequenas faixas nas quais predomina a escassez de água e o bioma caatinga é dominante. Na região de caatinga, o Fundo de Pasto encontra-se nos municípios de Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas, Canudos, Uauá e Casa Nova. No cerrado encontra-se no município de Buritirama, localizado no Oeste baiano.

Márquez (*Crônica de uma morte anunciada*), o assassinato de Lira era esperado por toda a população do município de Santa Maria da Vitória (região do Vale do Rio Corrente, afluente do São Francisco), pois vinha sendo anunciado sem meias palavras pelos fazendeiros-grileiros, seus desafetos. O jovem advogado não se rendeu e morreu com um tiro na testa.

Em 1986, um diretor da Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco, Josiel Lima (o Jota), foi assassinado no município de Barra-Ba, pois vinha dando assistência aos posseiros em luta contra fazendeiros-grileiros, com base no atual município de Muquém do São Francisco. Em 1989, no mesmo município, o posseiro Manuel Dias foi assassinado depois de se confrontar com os fazendeiros-grileiros. Logo depois, pelo mesmo motivo Antônio Pereira de Oliveira, o Pelé, sofreria atentado.

Em outros municípios da região, as tensões e conflitos foram constantes no mesmo período. Em Bom Jesus da Lapa, exatamente no vale do Rio das Rãs (afluente do São Francisco) houve registros de conflitos pela posse de terras envolvendo remanescentes dos mocambos (como são denominados na região as terras quilombolas) e os fazendeiros-grileiros. Depois de empreenderem inúmeras tentativas para proibir aos quilombolas livre acesso às ilhas e às barrancas do Rio, os fazendeiros-grileiros não mediram esforços para expulsá-los das terras que legalmente eram de domínio da União. Na verdade, essa foi a origem dos conflitos no Rio das Rãs, de Parateca e de Pau D'arco e de tantas outras comunidades situadas no Médio São Francisco⁵. Os dois últimos estão localizados no município de Malhada. Rio das Rãs foi a primeira comunidade negra rural quilombola a ser titulada - nos preceitos da Constituição de 1998⁶ - e os dois últimos foram-nos somente recentemente.

Em todo Vale do São Médio São Francisco baiano a presença de comunidades negras que se reivindicam quilombola tem crescido. Nesse aspecto é conveniente destacar afirmação de Guiomar Germani et al: “Tudo indica que, no caso da Bahia e, em especial na região do Médio São Francisco, a perspectiva é que a questão quilombola adquira maior protagonismo que a luta por Reforma Agrária o mesmo ocorrendo em outras regiões do Estado” (2008,

⁵ "Na Bahia foram identificadas 449 comunidades negras rurais quilombolas, enquanto que, na Região do Médio São Francisco, até o momento, cerca de 61 Comunidades Negras Rurais Quilombolas foram identificadas, o que corresponde a 13,54% do total de comunidades do Estado (...)" Germani, 2008, p. 155.

⁶ A Constituição de 1988 no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias reconhece aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras a propriedade definitiva. Entretanto, o cumprimento do Ato sempre se deu em passos de tartaruga. Somente em fins dos anos 90 do século passado, é que começam a ser discutidas e estabelecidas as normas para a identificação, medição, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos.

p.155). Resta saber: de que quilombolas se está retratando? As discussões que têm tido lugar nos últimos anos em relação à questão dão conta de sua complexidade? Em que medida o conceito quilombo/quilombola não estar a merecer um debate político, que longe de negar direitos ou esmaecer a luta, aponte as limitações do Ato das Disposições Transitórias?

Também na área que compreende os municípios de Juazeiro/Casa Nova existem diversas comunidades que se autodenominam remanescente e, no mesmo período, foram registrados vários conflitos, tensões e violência, inclusive, com morte de camponeses. No município de Casa Nova registra-se, desde os anos 70 do século passado, tensões envolvendo o agronegócio e a Comunidade de Fundo de Pasto Riacho Grande/Areia Grande⁷.

Desde a chamada abertura democrática e mais exatamente, após a constituição de 1998, registram-se na região conflitos e intensa resistência camponesa (muitas vezes, nos termos colocados por James Scott), resultando na emergência de movimentos sociais, tais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Coordenadoria Estadual dos Trabalhadores Assentados e Acampados (CETA) e da Organização de Luta pela Terra (OLT) e da Coordenadoria Regional de Quilombos (CRQ). A luta dos expropriados provocou, seja mediante a resistência ou a ocupação, a criação pelo Estado de vários Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, atendendo milhares de família.

Algumas comunidades, inicialmente, se auto-proclamaram remanescentes de quilombos, recorrendo, inclusive, à Fundação Palmares, contudo, após verificarem dificuldades quanto à titulação, preferiram a atuação do Incra, sendo assentados nos moldes dos sem-terra. Aliás, importante liderança do Projeto de Assentamento (PA) Araçá-Cariacá, localizado no município de Bom Jesus da Lapa, em entrevista concedida à autora, confessou que membros da comunidade sentem-se arrependidos de ter dado anuência à demarcação da terra nos moldes dos PAs. Atualmente, há um movimento na comunidade no sentido de buscar junto aos órgãos competentes a reversão do Projeto de Assentamento⁸.

⁷ A área que compreende o Fundo de Pasto do Riacho Grande/Areia Grande é formado por um complexo de três comunidades: Salinas da Brinca, Jurema e Melância. Em fins dos anos 70, logo após a construção da Barragem de Sobradinho, os moradores que viviam secularmente na área foram surpreendidos pela “venda” das terras à Empresa Camaragibe. Montada com recursos do Banco do Brasil, a empresa tinha o intuito de produzir álcool no sertão a base de mandioca. Insolvente, a empresa faliu, deixando uma dívida de 40 milhões de reais (valores atuais). A negociata tornou-se conhecida como o “escândalo da mandioca”. Recentemente, o Banco do Brasil “vendeu” a dívida da Camaragibe para dois conhecidos especuladores sediados em Juazeiro e Jacobina, por apenas 639 mil reais e os moradores de Riacho Grande/Areia Grande voltaram a ser ameaçados e molestados pela política militar da Bahia e prepostos dos “novos proprietários” da área onde se estabeleceram a Camaragibe. Em, fevereiro de 2009, José Campos Braga, principal liderança de Riacho Grande foi encontrado morto com dois tiros na nuca.

⁸ “Neste particular, é significativo o avanço institucional ao construir mecanismo para o reconhecimento como Território Quilombolas e não mais como Reforma Agrária. Apesar das duas políticas garantirem, em última

Para finalizar, convém ressaltar que as políticas de modernização implementadas no Vale do São Francisco, com suas reverberações na região em estudo - o Médio São Francisco baiano- resultaram em profundas mudanças no espaço sanfranciscano, destacando-se: o rompimento secular do isolamento da região, a ligação aos centros mais dinâmicos do país, a urbanização, a formação de uma classe média ligada aos setores de serviço e de uma burocracia do Estado. A política modernizadora, a presença do agronegócio, a valorização de terras e o temor da aplicação do Estatuto da Terra (criado em 1964), protagonizam um amplo processo de expropriação do campesinato, resultando no intenso deslocamento campo/cidade e na exclusão social.

Mantendo em relação à terra variadas formas de acesso, este campesinato, durante o processo expropriatório recorreu à migração como válvula de escape. A partir da década de 70, quando inclusive, as zonas urbanas do centro-sul se mostravam incapazes da absorção da mão-de-obra migrantes, estes camponeses, resistiram às investidas dos fazendeiros e do agronegócio, fazendo emergir formas variadas de luta, dando ensejo aos vários movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, do movimento indígenas, das Centrais de Fundo de Pastos e das Comunidades Remanescentes de Quilombo.

FONTES ORAIS

Alvarina (nome fictício) – Serra do Ramalho – 2000
Antonio Castro – São Paulo - 1997
Arnaldo – Caetité - 1999
Florisvaldo – Bom Jesus da Lapa – 2003
Getúlio Grossi – Carinhanha – 2006
João Evangelista (nome fictício) – Serra do Ramalho - 2000
Vandilson – Caetité – 1999.
Vitorino Castro – Bom Jesus da Lapa- 2005

REFERENCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.
ANDRADE, M. C. *Espaço, polarização e Desenvolvimento*. São Paulo: Atlas, 1987.
ARRUTI, José Mauricio. *Mocambo. Antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.
CALDAS, Alcides dos Santos. Dinâmicas globais e tendências de desenvolvimento rural em territórios periféricos: o Eixo Juazeiro-Petrolina (Brasil) e a Comarca do Ribeiro (Estado Español).

instância, o acesso a terra, são instrumentos distintos. Assim como terra e território são, também, conceitualmente distintos. No entanto, é importante reconhecer a fragilidade da estrutura institucional destinada a atender esta política”. Germani, 2008, p. 167/168.

2001. 614 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.

CEAS - CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL O Médio São Francisco: confins do Sertão Baiano. *Cadernos do CEAS*, nº 26, agosto de 1973, p. 1-45.

COELHO NETO, Agripino Souza. As repercussões espaciais das políticas de irrigação no vale do São Francisco: uma análise do perímetro irrigado formoso no município de Bom Jesus da Lapa (BA). 2004. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal da Bahia.

ESTRELA, Ely. Três felicidades e um desengano. A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho. São Paulo. Doutorado em História Social do Departamento de História da Pontifícia Universidade de São Paulo, 2004.

ESTRELA, Ely. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanistas/Educ/Fapesp, 2003.

GARCEZ, Angelina. Em torno da propriedade da terra. Salvador: Arembepe, 1997.

GERMANI, G. I. Cuestión agraria y asentamiento de población en el área rural: la nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964 – 1990). Barcelona: Universidad de Barcelona. Tese de Doutorado. 1993.

GERMANI, G. I. Assentamentos de reforma agrária: Produção de novos espaços de vida e de conflitos. *Revista Cultura Vozes*, no. 6, nov-dez de 2001, p. 67-84.

GERMANI, Guiomar Inez et al. Acesso à terra e desenvolvimento territorial no semi-árido nordestino. Salvador: NRI, UFBA, UFRB, UFC (CD)

GOMES, Flávio dos Santos. História de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. A hidra e os pântanos. São Paulo: Unesp/Polis, 2005.

LARANJEIRA, Raymundo. Colonização e reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LINS, Wilson. *O Médio São Francisco. Uma sociedade de pastores guerreiros*. São Paulo: 3ª. ed., Companhia Editora Nacional, s/da.

MARTINS, José de Souza *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes: 1981. -----, *Expropriação e violência - a questão política no campo*. 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1999. -----, *Modo capitalista de produção e agricultura*. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1990.

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco. Fator precípua da existência do Brasil*. São Paulo: 3ª. ed., Companhia Editora Nacional, 1983.

SANTOS, M. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SIQUEIRA, Ruben. Do Riacho Grande a Areia Grande. 30 anos de resistência camponesa à grilagem e aos agrocombustíveis. <http://www.ecodebate.com.br/2008/07/23>. Acesso: 18/05/2009

SILVA, José Graziano da. (Coord). *A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste*. Campinas: Instituto de Economia: PRONI, 1989.

SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Valdélino Santos. Do mucambo do Pau Preto ao Rio das Rãs: Liberdade e Escravidão na construção da identidade negra de um quilombo contemporâneo. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Ufba. 1998.

SOUZA, A. *O coronelismo no Médio São Francisco: um estudo de poder local*. Salvador, Microtextos, 1997, 92 p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Índice de

Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos 2002. Salvador: SEI, 2002. v. 2.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICO E SOCIAIS DA BAHIA Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000. *Série Estudos e Pesquisas*, nº 60, Salvador, SEI, 2003.

ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1947.